

***Concessionária de Rodovias do
Interior Paulista S.A. - Intervias***

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2009 e de 2008 e
Parecer dos Auditores Independentes*


Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias
Araras - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias (“Sociedade”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 18 de janeiro de 2010


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Helio Wellichen
Contador
CRC nº 1 SP 130122/O-0

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2009	2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2009	2008
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(3)	41.270	24.896	Fornecedores		4.042	4.251
Contas a receber	(4)	11.558	10.004	Fornecedores - partes relacionadas	(10)	940	630
Empréstimos a partes relacionadas	(10)	24.312	-	Empréstimos e financiamentos	(9)	363.116	14.321
Despesas antecipadas		574	480	Salários e encargos sociais		3.185	3.309
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	3.115	2.696	Impostos e contribuições a recolher	(11)	9.153	5.811
Outras contas a receber		859	780	Credores pela concessão	(13)	5.896	5.852
Total do ativo circulante		81.688	38.856	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	288	1.641
				Outras contas a pagar a ex-acionistas	(7)	-	10.019
NÃO CIRCULANTE				Provisão para contingências	(12)	2.823	1.828
Realizável a longo prazo:				Dividendos propostos	(10)	6.560	3.602
Aplicações financeiras		58	21	Total do circulante		396.003	51.264
Empréstimos a partes relacionadas	(10)	197.000	201.801				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	949	3.287	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	(6)	286.666	293.140	Empréstimos e financiamentos	(9)	7.163	346.440
Intangível	(7)	49.723	52.339	Credores pela concessão	(13)	36.965	40.821
Total do ativo não circulante		534.396	550.588	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	7.883	5.770
				Outras obrigações		337	320
				Total do passivo não circulante		52.348	393.351
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital subscrito		108.710	108.710
				Capital social a integralizar		(558)	(558)
				Capital social integralizado	(14)	108.152	108.152
				Reserva de lucros	(14)	59.581	36.677
				Total do patrimônio líquido		167.733	144.829
TOTAL DO ATIVO		616.084	589.444	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		616.084	589.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas de pedágio		238.619	223.041
Receitas acessórias		3.548	3.492
		<u>242.167</u>	<u>226.533</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos e contribuições		(21.080)	(19.718)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>221.087</u>	<u>206.815</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(90.717)	(88.811)
LUCRO BRUTO		<u>130.370</u>	<u>118.004</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(16.507)	(22.523)
Remuneração da administração		(609)	(582)
Despesas tributárias		(57)	(61)
Outras receitas operacionais líquidas		156	606
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>113.353</u>	<u>95.444</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	(15)	25.345	11.417
Despesas Financeiras	(15)	(45.584)	(37.578)
		<u>(20.239)</u>	<u>(26.161)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>93.114</u>	<u>69.283</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(17)	(25.985)	(17.876)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	(17)	(2.679)	(2.934)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>64.450</u>	<u>48.473</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		<u>14,92</u>	<u>11,22</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		108.710	(558)	108.152	8.014	-	37.173	153.339
Lucro líquido do exercício	(14)	-	-	-	-	-	48.473	48.473
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal	(14)	-	-	-	2.424	-	(2.424)	-
Dividendos distribuídos	(14)	-	-	-	-	-	(46.771)	(46.771)
Dividendos propostos	(14)	-	-	-	-	-	(3.602)	(3.602)
Juros sobre capital próprio	(14)	-	-	-	-	-	(6.610)	(6.610)
Retenção de lucros	(14)	-	-	-	-	26.239	(26.239)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		108.710	(558)	108.152	10.438	26.239	-	144.829
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	64.450	64.450
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal	(14)	-	-	-	3.222	-	(3.222)	-
Dividendos distribuídos	(14)	-	-	-	-	(26.239)	-	(26.239)
Dividendos propostos	(14)	-	-	-	-	-	(6.560)	(6.560)
Juros sobre capital próprio	(14)	-	-	-	-	-	(8.747)	(8.747)
Retenção de lucros	(14)	-	-	-	-	45.921	(45.921)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		108.710	(558)	108.152	13.660	45.921	-	167.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2009	2008
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		64.450	48.473
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17)	2.679	2.934
Depreciação e amortização		49.820	58.030
Baixa do ativo imobilizado		201	62
Rendimento sobre mútuo com partes relacionadas		(22.954)	(6.569)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		38.698	28.890
Variação monetária sobre credores pela concessão		1.366	6.297
Provisão para contingências		1.175	563
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.554)	(1.794)
Despesas antecipadas e outras contas a receber		(173)	1.270
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores e fornecedores - partes relacionadas		93	(620)
Salários e encargos sociais		(124)	176
Impostos e contribuições a recolher		6.785	1.498
Credores pela concessão		60	87
Provisão para contingências		(180)	(503)
Outras obrigações		17	28
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		140.359	138.822
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(40.661)	(41.487)
Adições ao intangível		(262)	(125)
Aplicação financeira		(37)	4.009
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(40.960)	(37.603)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação		255.162	230.728
Pagamento de principal		(234.911)	(58.956)
Pagamento de juros		(49.431)	(17.312)
Mútuos:			
Concessão de mútuo		-	(197.000)
Captação		-	15.215
Pagamento de dividendos	(14)	(29.841)	(55.448)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(14)	(8.747)	(6.610)
Pagamentos dos credores pela concessão	(13)	(5.238)	(4.878)
Outras contas a pagar a ex-acionistas	(7)	(10.019)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(83.025)	(94.261)
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		16.374	6.958
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		24.896	17.938
Saldo no fim do exercício		41.270	24.896
Divulgação complementar às informações do fluxo de caixa:			
Itens de movimentação que não afetam caixa:			
Dividendos propostos		6.560	3.602
Compra de ativo imobilizado registrado em fornecedores		8	147
Outras contas a pagar a ex-acionistas		-	10.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS		
Receitas de pedágio	238.619	223.041
Receitas acessórias	3.548	3.492
Outras receitas	156	606
	<u>242.323</u>	<u>227.139</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos dos serviços prestados	(25.031)	(20.830)
Custo da concessão	(9.439)	(13.860)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.820)	(1.663)
	<u>(36.290)</u>	<u>(36.353)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>206.033</u>	<u>190.786</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(49.821)	(58.030)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE	<u>156.212</u>	<u>132.756</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	25.345	11.417
	<u>25.345</u>	<u>11.417</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>181.557</u>	<u>144.173</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração direta	12.739	13.487
Benefícios	4.596	4.107
FGTS	1.025	1.025
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	40.977	32.791
Estaduais	69	78
Municipais	12.067	11.279
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	44.217	31.283
Aluguéis	1.417	1.650
Remuneração de capitais próprios:		
Reserva legal	3.222	2.424
Juros sobre capital próprio	8.747	6.610
Dividendos	6.560	13.200
Lucros retidos	45.921	26.239
	<u>181.557</u>	<u>144.173</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Expressas em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias (“Sociedade”) foi constituída em 28 de maio de 1999 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP. nº 19/CIC/98.

Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito da outorga e, como contrapartida, o passivo na rubrica de credores pela concessão, conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e nº 13.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos:

Obras

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª. readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165.225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42.300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão.

O Poder Concedente concedeu a Sociedade o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas na legislação. Os compromissos decorrentes da concessão referentes a futuros investimentos, até o final da concessão, foram estimados quando da assinatura do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os investimentos para atender os compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$ 195 e R\$ 130 milhões respectivamente. (informação não auditada)

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2. Contas a receber

Referem-se substancialmente aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

2.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros elegíveis à capitalização, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 6, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos quando necessário.

2.4. Intangível

Refere-se, principalmente, ao direito de outorga da concessão e aos direitos de uso de software. No caso do direito de outorga da concessão o ativo é avaliado pelo custo de aquisição, ajustado a valor presente e deduzido da amortização acumulada, calculada linearmente pelo prazo da concessão. Quando necessário é efetuada provisão para redução desse ativo ao valor recuperável, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, com base em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

2.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e os ativos intangíveis, incluindo concessões, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do período. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

2.6. Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, ou seja, atualizados monetariamente pelas variações monetárias e cambiais, e acrescidos de juros conforme as disposições contratuais e , incorridos até as datas de encerramento dos exercícios e deduzidos das comissões bancárias e do IOF - impostos sobre operações financeiras pagos antecipadamente. Os referidos juros e demais encargos são apropriados ao resultado como despesas financeiras.

2.7. Credores pela concessão

Correspondem às obrigações decorrentes do direito de uso e exploração das rodovias constantes no contrato de concessão. Essas obrigações referem-se, preponderantemente às parcelas fixas contabilizadas pelo valor original do contrato, ajustadas a valor presente, a partir do início do contrato de concessão à taxa de 5% a.a., acrescidas de atualização monetária e juros incorridos até a data dos balanços. A taxa de ajuste a valor presente foi definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data, conforme mencionado na nota explicativa nº. 13. A contrapartida do ajuste a valor presente foi à rubrica de Direito de outorga da concessão, classificada no ativo intangível. O saldo de credores pela concessão a valor presente é corrigido mensalmente pelo IGP-M, tendo como contrapartida o resultado financeiro.

A parcela variável refere-se ao preço da delegação do serviço público, correspondente a 3% da receita bruta, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

2.8. Receita de pedágio

É reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a utilização das rodovias pelos usuários.

2.9. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nos prejuízos fiscais e nas bases negativas de contribuição social, nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais. É registrada, quando necessário, provisão para perdas sempre que não houver fortes evidências de realização dos saldos.

A Sociedade optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações financeiras da Sociedade. A Sociedade consignou a sua opção pelo RTT na Declaração Integrada de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ em 2009.

2.10. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Sociedade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos e despesas registradas, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro de provisão para contingências, e preparação de projeções e análises sobre o valor recuperável de, ativos de vida útil indeterminada e realização do saldo de imposto de renda diferido ativo.

2.11. Juros sobre o capital próprio

Registrados originalmente nos livros contábeis e fiscais da Sociedade como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos recebidos e pagos, não transitando pelo resultado. Como consequência, os juros sobre o capital próprio pagos ou a pagar são registrados a débito de "Lucros acumulados".

2.12. Lucro líquido por ação

Calculados com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos períodos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa e bancos	2.202	3.136
Aplicações financeiras	<u>39.068</u>	<u>21.760</u>
Total	<u>41.270</u>	<u>24.896</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de comprá-lo e, do comprador (cliente), de revendê-lo no futuro. As aplicações eram remuneradas entre 101% a 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

4. CONTAS A RECEBER

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estavam representados por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Pedágio eletrônico a receber	11.038	9.546
Cartões de pedágio a receber	423	370
Outros	<u>97</u>	<u>88</u>
Total	<u>11.558</u>	<u>10.004</u>

Os valores a receber vencem em até 30 dias e não há créditos em atraso.

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o imposto de renda e a contribuição social diferidos estão representados, respectivamente, por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Provisão para contingências	2.823	1.828
Provisão para registro do leasing (1)	756	1.808
Impostos de renda e contribuição social diferidos sobre direito de concessão incorporado (2)	<u>8.374</u>	<u>13.959</u>
	11.953	17.595
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo	<u>4.064</u>	<u>5.983</u>
Ativo circulante	3.115	2.696
Ativo não circulante	<u>949</u>	<u>3.287</u>
	<u>4.064</u>	<u>5.983</u>

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Bases do passivo diferido:		
Ajuste ao valor presente (3)	15.341	17.875
Ajuste dos encargos financeiros (4)	-	3.922
Sobre amortização do direito de concessão incorporada (5)	<u>8.692</u>	-
Base de cálculo	24.033	21.797
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo	<u>8.171</u>	<u>7.411</u>
Passivo circulante	288	1.641
Passivo não circulante	<u>7.883</u>	<u>5.770</u>
	<u>8.171</u>	<u>7.411</u>

- (1) O montante de R\$ 756 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 1.808 em 31 de dezembro 2008), foi gerado através do registro das operações de leasing como um financiamento.
- (2) Refere-se a crédito do imposto de renda e contribuição social relativo à amortização, do direito de concessão incorporado, efetuada até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infra-estrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito e, atendendo a legislação fiscal, vem amortizando-o à razão de 20% ao ano.
- (3) O montante de R\$ 15.341 (R\$ 17.875 em 31 de dezembro de 2008), foi gerado através do ajuste ao valor presente das obrigações com o poder concedente, conforme nota explicativa nº 2.7.
- (4) Referem-se a custos na obtenção de empréstimos, comissões e o IOF - imposto sobre operações financeiras, retidos na liberação das cédulas de créditos bancários (CCB's) e registrado como pagamento antecipado conforme mencionado na nota explicativa nº 9. Esse valor foi adicionado no LALUR da Sociedade e foi realizado mensalmente até o prazo final do contrato desses empréstimos. A operação foi quitada antecipadamente, no mês de outubro de 2009.
- (5) Imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, do prazo de amortização do direito de concessão incorporado, para fins fiscais e contábeis, conforme comentada na nota explicativa nº 7 (1).

A Administração da Sociedade decidiu registrar esses créditos no ativo e no passivo circulante e não circulante, devido à efetiva capacidade de realização desses créditos no curto e ou longo prazo, com base nas estimativas dos lucros tributáveis futuros. As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como segue:

<u>Exercício a findar-se em 31 de dezembro</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>
2011	949	1.085
2012	-	1.740
2013	-	1.740
2014	-	1.740
Acima de 2015	-	<u>1.578</u>
	<u>949</u>	<u>7.883</u>

6. IMOBILIZADO

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	2009			2008	
	Taxa anual média ponderada de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
	Em operação:				
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	7,80	341.149	(123.712)	217.437	207.568
Pavimento e recapeamentos	13,97	204.469	(155.495)	48.974	55.916
Equipamento mobiliário	14,23	3.831	(1.986)	1.845	1.673
Instalações	19,32	11.517	(9.914)	1.603	2.052
Desapropriações	4,85	13.651	(4.078)	9.573	10.013
Conjunto de defensas	15,47	13.231	(10.836)	2.395	2.975
Outras imobilizações	16,40	5.476	(4.034)	1.442	2.120
Sistema de monitoramento de estradas	20	9.300	(8.370)	930	2.790
Em andamento:					
Imobilizações em andamento		<u>2.467</u>	<u>-</u>	<u>2.467</u>	<u>8.033</u>
Total		<u>605.091</u>	<u>(318.425)</u>	<u>286.666</u>	<u>293.140</u>

A movimentação dos saldos do imobilizado em 2009 e 2008 estava representada por:

	Custo em	Adições	Baixas	Transferência	Custo em
	31/12/2008				31/12/2009
Em operação:					
Investimentos em Rodovias - Obras e Serviços	308.078	13.934	(238)	19.375	341.149
Pavimento e Recapeamentos	193.183	11.286	-	-	204.469
Equipamento Mobiliário	3.262	649	(80)	-	3.831
Instalações	12.086	330	(899)	-	11.517
Desapropriações	13.434	217	-	-	13.651
Conjunto de Defensas	12.865	366	-	-	13.231
Outras Imobilizações	5.429	78	(31)	-	5.476
Sistema de Monitoramento de Estradas	9.300	-	-	-	9.300
Em andamento:	-				-
Imobilizado em Andamento Rodovias	<u>8.033</u>	<u>13.809</u>	<u>-</u>	<u>(19.375)</u>	<u>2.467</u>
	<u>565.670</u>	<u>40.669</u>	<u>(1.248)</u>	<u>-</u>	<u>605.091</u>
	Amortização acumulada em				Amortização acumulada em
	31/12/2008	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2009
Em operação:					
Investimentos em Rodovias - Obras e Serviços	(100.510)	(23.256)	54	-	(123.712)
Pavimento e Recapeamentos	(137.267)	(18.228)	-	-	(155.495)
Equipamento Mobiliário	(1.589)	(472)	75	-	(1.986)
Instalações	(10.034)	(776)	896	-	(9.914)
Desapropriações	(3.421)	(656)	-	-	(4.077)
Conjunto de Defensas	(9.890)	(947)	-	-	(10.837)
Outras Imobilizações	(3.309)	(747)	22	-	(4.034)
Sistema de Monitoramento de Estradas	<u>(6.510)</u>	<u>(1.860)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.370)</u>
	<u>(272.530)</u>	<u>(46.942)</u>	<u>1.047</u>	<u>-</u>	<u>(318.425)</u>
Total	<u>293.140</u>	<u>(6.273)</u>	<u>(201)</u>	<u>-</u>	<u>286.666</u>

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias

	<u>Custo em</u> <u>31/12/2007</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Custo em</u> <u>31/12/2008</u>
Em operação:					
Investimentos em Rodovias - Obras e Serviços	278.865	11.117	-	18.096	308.078
Pavimento e Recapeamentos	181.367	11.816	-	-	193.183
Equipamento Mobiliário	2.638	785	(161)	-	3.262
Instalações	11.402	779	(95)	-	12.086
Desapropriações	13.070	369	(5)	-	13.434
Conjunto de Defensas	12.540	325	-	-	12.865
Outras Imobilizações	5.648	123	(342)	-	5.429
Sistema de Monitoramento de Estradas	9.300	-	-	-	9.300
Em andamento:					
Imobilizado em Andamento Rodovias	<u>9.809</u>	<u>16.320</u>	<u>-</u>	<u>(18.096)</u>	<u>8.033</u>
	<u>524.639</u>	<u>41.634</u>	<u>(603)</u>	<u>-</u>	<u>565.670</u>

	<u>Amortização</u> <u>acumulada em</u> <u>31/12/2007</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortização</u> <u>acumulada em</u> <u>31/12/2008</u>
Em operação:					
Investimentos em Rodovias - Obras e Serviços	(80.179)	(20.331)			(100.510)
Pavimento e Recapeamentos	(116.139)	(21.128)			(137.267)
Equipamento Mobiliário	(1.373)	(337)	121		(1.589)
Instalações	(9.457)	(672)	95		(10.034)
Desapropriações	(2.776)	(645)			(3.421)
Conjunto de Defensas	(8.738)	(1.152)			(9.890)
Outras Imobilizações	(2.758)	(876)	325		(3.309)
Sistema de Monitoramento de Estradas	<u>(4.651)</u>	<u>(1.859)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.510)</u>
	<u>(226.071)</u>	<u>(47.000)</u>	<u>541</u>	<u>-</u>	<u>(272.530)</u>
Total	<u>298.568</u>	<u>(5.366)</u>	<u>(62)</u>	<u>-</u>	<u>293.140</u>

As adições ao ativo imobilizado ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas com base no período restante do contrato de concessão. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para redução destes ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

7. INTANGÍVEL

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	Taxa anual média ponderada de amortização %	2009			2008
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u> <u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Direito de outorga da concessão (1)	9,36	28.434	12.378	16.056	16.943
Direito de outorga da incorporado (2)	5,24	60.152	26.847	33.305	35.024
Software	20	<u>1.050</u>	<u>688</u>	<u>362</u>	<u>372</u>
Total		<u>89.636</u>	<u>39.913</u>	<u>49.723</u>	<u>52.339</u>

A movimentação dos saldos do ativo intangível estava representada por:

	<u>Custo</u> <u>em 2007</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo</u> <u>em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo</u> <u>em 2009</u>
Direito de outorga da concessão	28.434	-	-	28.434			28.434
Direito de outorga da incorporado	50.010	10.019	-	60.029	123		60.152
Softwares	<u>790</u>	<u>125</u>	<u>(4)</u>	<u>911</u>	<u>139</u>	<u>-</u>	<u>1.050</u>
	79.234	10.144	(4)	89.374	262	-	89.636

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias

	Amortização acumulada em 2007			Amortização acumulada em 2008			Amortização acumulada em 2009
	em 2007	Adições	Baixas	em 2008	Adições	Baixas	em 2009
Direito de outorga da concessão	(10.603)	(888)	-	(11.491)	(888)	-	(12.379)
Direito de outorga da incorporado	(15.003)	(10.002)	-	(25.005)	(1.842)	-	(26.847)
Softwares	(403)	(140)	4	(539)	(148)	-	(687)
	(26.009)	(11.030)	4	(37.035)	(2.878)	-	(39.913)
Saldo líquido	<u>53.225</u>	<u>(886)</u>	<u>-</u>	<u>52.339</u>	<u>(2.616)</u>	<u>-</u>	<u>49.723</u>

(1) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Este valor está ajustado a valor presente e vem sendo amortizado pelo prazo da concessão, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4.

(2) Refere-se a direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda. O valor do direito da outorga incorporado contempla ainda o montante de R\$ 10.019, referente ao instrumento Particular de Pagamento de Superveniência Ativa, firmado em 2008 entre a Sociedade e seus ex-acionistas para reconhecimento da superveniência ativa relativa à diferença no valor das tarifas praticadas no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2003 em virtude da aplicação parcial do reajuste tarifário previsto no contrato de concessão. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que na essência esse montante é relativo a direito de outorga, em 2009, a administração mudou a nomenclatura da rubrica para direito de outorga incorporado. Esse valor vem sendo amortizado pelo prazo da concessão.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para redução destes ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

8. SEGUROS CONTRATADOS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias mantém coberturas de seguros, necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, bem como para o cumprimento cabal e tempestivo das obrigações assumidas pela Sociedade.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: Riscos Patrimoniais, Perdas de Receita, Responsabilidade Civil e Garantia de Obrigações Contratuais. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2009, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda da receita	165.000
	Responsabilidade civil	20.100
Seguro garantia:	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	42.164
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	69.869
	Garantia de pagamento mensal (ônus fixo)	8.463

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos, todos relativos a empréstimos em moeda nacional, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estavam representados por:

<u>Instituições credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>2009</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Unibanco (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	25.093	-
Votorantim (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	12.291	-
Citibank (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	25.093	-
Bradesco (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	25.093	-
Itaú (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	25.093	-
Banco Itaú BBA - "N.P" (2)	CDI + 0,950 a.a.	29/04/2010	186.494	-
Banco BTG Pactual - "N.P" (2)	CDI + 0,950 a.a.	29/04/2010	60.484	-
Itaú Leaseback (3)	CDI Over Cetip	08/06/2010	1.686	-
BNDES (4)	TJLP + 3,3% a.a.	15/11/2013	2.494	7.163
Outros	CDI + 2,0 % a.a.	21/05/2011	48	-
Encargos financeiro antecipados			<u>(753)</u>	<u>-</u>
Total			<u>363.116</u>	<u>7.163</u>

<u>Instituições Credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>2008</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Unibanco (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	891	24.500
Votorantim (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	436	12.000
Citibank (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	891	24.500
Bradesco (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	891	24.500
Itaú (1)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	891	24.500
Banco do Brasil S.A. (5)	CDI + 1,037 a.a.	08/01/2010	3.888	80.000
Banco Santander S.A. (5)	CDI + 1,037 a.a.	08/01/2010	3.768	77.500
Bradesco (5)	CDI + 1,037 a.a.	08/01/2010	3.768	77.500
Itaú Leaseback (3)	CDI Over Cetip	08/06/2010	3.065	1.533
Outros	CDI + 2,0% a.a.	21/05/2011	55	-
Encargos financeiros antecipados			<u>(4.223)</u>	<u>(93)</u>
Total			<u>14.321</u>	<u>346.440</u>

Em 31 de dezembro de 2009 as parcelas relativas ao principal dos financiamentos a longo prazo, apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Total</u>
2011	2.466
2012	2.466
2013	<u>2.231</u>
Total	<u>7.163</u>

- (1) Cédula de crédito bancário firmada pela Sociedade junto a bancos privados em 27 de setembro de 2007 para pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos à sua controladora. Estas operações não apresentam cláusulas restritivas e estão garantidas por aval dos acionistas.

- (2) Em 30 de novembro de 2009, a Sociedade emitiu 49 Notas Promissórias no valor de R\$ 5.000 cada uma, totalizando o montante de R\$ 245.000. Parte do valor captado foi utilizada para liquidação, em 30 de novembro de 2009, das Cédulas de Crédito Bancário captadas entre julho e setembro de 2008. A operação foi garantida por aval da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Garantidora”). Vinculadas à obtenção desses recursos, a Sociedade também assumiu, entre outros, compromissos de caráter financeiro econômico constante nos contratos, cuja ocorrência determina o vencimento imediato das obrigações:
- a. Inadimplemento de qualquer obrigação a pagar da Sociedade, cujo valor seja superior a R\$ 5.000, ou da Garantidora, cujo valor seja superior a R\$ 10.000.
 - b. Protestos de títulos contra a Sociedade, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 5.000, ou contra a Garantidora, que seja superior a R\$ 10.000, e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados.
 - c. Declaração de falência ou propositura de recuperação judicial da Sociedade ou Garantidora.
 - d. Intervenção do poder concedente ou de outras autoridades governamentais que resulte na incapacidade de gestão dos negócios pela Sociedade ou Garantidora.
 - e. Redução do capital social, alteração do controle societário ou do objeto social da Sociedade ou da Garantidora sem o consentimento prévio por escrito dos detentores das Notas Promissórias.
 - f. Não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Sociedade, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000, ou contra a Garantidora, em valor igual ou superior a R\$ 10.000.
 - g. Existência de quaisquer ônus sobre propriedade, receitas e ativos da Sociedade ou da Garantidora, no presente e no futuro, exceto: (i) depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais e judiciais; (ii) exigidos pelo poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão; (iii) constituição de garantias para captação de recursos de longo prazo, para pagamentos das Notas Promissórias; (iv) garantias para processos de licitação de concessões rodoviárias; (v) garantias para financiamento de longo prazo, junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
 - h. Distribuição de lucros a acionistas da Sociedade ou Garantidora que excedam o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto pelo estatuto social da Sociedade ou da Garantidora.
 - i. Não cumprimento do índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA que deverá ser inferior a 3,50, sendo que, para fins deste item: (a) Dívida líquida significa empréstimos e financiamentos no passivo circulante e exigível a Longo Prazo mais acrescidos dos valores de quaisquer outras dívidas financeiras onerosas, menos caixa e equivalentes de caixa do ativo circulante no período e (b) EBITDA significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não-operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

- j. Caso os ativos fixos da Sociedade deixem de contar com cobertura de seguros nos termos da regulamentação da ARTESP.
- k. Venda ou transferência de ativos relevantes da Sociedade, inclusive ações ou quotas de sociedades controladas, de valor superior a R\$ 5.000.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

- (3) Refere-se a financiamento na modalidade “Sale leaseback” do sistema de monitoramento de estradas.
- (4) Contrato de crédito firmado junto BNDES em 27 de outubro de 2008 para financiamento das obras e serviços de recuperação, melhoria, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração das rodovias operadas pela Sociedade. Os créditos foram liberados em janeiro e fevereiro de 2009, não apresentam cláusulas restritivas e são garantidos por notas promissórias.
- (5) Financiamento na modalidade Cédula de Crédito Bancário firmado pela Sociedade com bancos privados em 18 de julho de 2008 com finalidade de capital de giro, pagamento de juros sobre o capital próprio, mútuos ativos e pagamento de dividendos à sua controladora. Estas operações estão garantidas por aval dos acionistas. O financiamento foi liquidado antecipadamente através da emissão de Notas Promissórias conforme mencionado no item “2” acima.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

A Sociedade está em processo inicial de reestruturação financeira de operação de longo prazo, com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

10. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com o controlador e com as partes relacionadas são relativas a contrato de serviços de construção, execução de obras e mútuo para capital de giro.

As transações realizadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 com o controlador e com as partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Saldos de balanço</u>	2009			
	<u>Empréstimos a curto prazo</u>	<u>Empréstimos a longo prazo</u>	<u>Sado de fornecedores</u>	<u>Dividendos propostos</u>
Partes relacionadas:				
Obrascon Huarte Lain Brasil Ltda. (1)	24.312	197.000	76	6.560
Paulista Infra-Estrutura Ltda.	-	-	165	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	530	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	-	-	<u>169</u>	<u>-</u>
Total	<u>24.312</u>	<u>197.000</u>	<u>940</u>	<u>6.560</u>

<u>Saldos de balanço</u>	2008			
	<u>Empréstimos a curto prazo</u>	<u>Empréstimos a longo prazo</u>	<u>Sado de fornecedores</u>	<u>Dividendos propostos</u>
Partes relacionadas:				
Obrascon Huarte Lain Brasil Ltda. (1)	-	201.801	-	3.602
Paulista Infra-Estrutura Ltda.	-	-	69	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	561	-
Total	<u>-</u>	<u>201.801</u>	<u>630</u>	<u>3.602</u>

<u>Resultado</u>	2009	
	<u>Serviços prestados em conservação de rotina/investimento</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil Ltda. (1)	-	22.953
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (3)	1.905	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (3)	7.113	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (3)	1.139	-
Total	<u>10.157</u>	<u>22.953</u>

<u>Resultado</u>	2008		
	<u>Serviços prestados em conservação de rotina/investimento</u>	<u>Despesas de aluguel</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Partes relacionadas:			
Obrascon Huarte Lain Brasil Ltda. (1)	-	13	5.649
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (3)	821	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (3)	6.223	-	-
Autovias S.A. (2)	-	-	920
Total	<u>7.044</u>	<u>13</u>	<u>6.569</u>

- (1) O empréstimo concedido à controladora teve como finalidade suprir a necessidade de capital de giro da controladora OHL Brasil S.A.. Esse empréstimo está representado por quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor em 2009</u>	<u>Saldo devedor em 2008</u>
22/08/08	CDI + 1,037% a.a.	02/2012	40.000	45.670	41.117
18/09/08	CDI + 1,037% a.a.	03/2012	97.000	109.716	100.372
04/12/08	CDI + 1,037% a.a.	06/2012	8.000	8.822	8.071
17/12/08	CDI + 1,037% a.a.	06/2012	52.000	57.104	52.241
Total			<u>197.000</u>	<u>221.312</u>	<u>201.801</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2010. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (2) Essa receita financeira é oriunda de uma operação de mútuo efetuada em 12 de novembro de 2004 no montante de R\$ 3.500, liquidado em 28 de novembro de 2008, com a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da parte relacionada. Sobre ela foram calculados juros na base de 100% a 101,5% do CDI.

- (3) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e custo dos serviços prestados, respectivamente, referem-se aos serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 a Sociedade pagou o montante de R\$ 609 e R\$ 582 respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados e administradores, benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Estes benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para participações nos lucros e resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é de R\$ 504 e R\$ 477 respectivamente. As metas são como seguem:

a) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participarão os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, os itens, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e Suspensões.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto de renda	4.629	2.377
Contribuição social	2.027	1.444
Impostos retidos na fonte (IRRF, ISS, PIS, COFINS e CS)	633	307
PIS	142	129
COFINS	658	595
Outros tributos municipais - ISS	<u>1.064</u>	<u>959</u>
	<u>9.153</u>	<u>5.811</u>

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade possui reclamações judiciais pendentes de resolução correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras; e (ii) adicionais, entre outros, para as quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constitui provisão para as causas cujos desfechos sejam prováveis de serem desfavoráveis para a Sociedade.

A movimentação do saldo de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é conforme segue:

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>2009</u>
Cíveis	1.546	1.029	(186)	(147)	-	2.242
Trabalhistas	<u>282</u>	<u>369</u>	<u>(29)</u>	<u>(33)</u>	<u>(8)</u>	<u>581</u>
Total	<u>1.828</u>	<u>1.398</u>	<u>(215)</u>	<u>(180)</u>	<u>(8)</u>	<u>2.823</u>

A Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos representam aproximadamente R\$ 1.284 e R\$ 1.705, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009.

13. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem - (DER - SP) pela outorga da concessão.

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Direito de outorga (1)	5.178	36.965	5.195	40.821
Parcela variável - 3% da receita operacional bruta (2)	<u>718</u>	<u>-</u>	<u>657</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.896</u>	<u>36.965</u>	<u>5.852</u>	<u>40.821</u>

(1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor fixo, conforme segue:

Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação, ajustada a valor presente à taxa de juros de 5% a.a., conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7, foi determinado conforme segue:

- Provisão, a valor presente de R\$ 5.178 (valor nominal R\$ 5.316) em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 5.195 (valor nominal R\$ 5.269) em 31 de dezembro 2008 apurada com base no valor das parcelas a vencer no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2010. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio;

- A provisão correspondente às demais parcelas, a valor presente, no montante de R\$ 36.965, (valor nominal R\$ 48.145) em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 40.821, (valor nominal R\$ 54.376) em 31 de dezembro de 2008 foi atualizada, com base na variação do IGP-M até o mês de dezembro de 2009.

Os valores a pagar serão liquidados em 121 parcelas mensais, sendo o montante correspondente a 109 parcelas classificado no passivo não circulante.

- (2) Valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e 25% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 foram pagos ao poder concedente os montantes de R\$ 13.250 (R\$ 5.238 referente a direito de outorga fixo e R\$ 8.012 variável) e R\$ 12.355 (R\$ 4.878 referente a direito de outorga fixo e R\$ 7.477 variável), respectivamente.

14. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito em 31 de dezembro 2009 e de 2008 está representado por 4.352.285 ações ordinárias nominativas, conforme segue:

	<u>Número de ações subscritas</u>	<u>Participação acionária %</u>	<u>Quantidade das ações integralizadas</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	4.352.282	100	4.321.025
Conselheiros	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.352.285</u>	<u>100</u>	<u>4.321.025</u>

- a) O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Foram distribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, dividendos no montante de R\$ 26.239 creditados à conta de reserva de lucros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

A administração propôs a distribuição de dividendos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal sendo R\$ 6.560 sob a forma de dividendos e R\$ 8.747 sob a forma de juros sobre o capital próprio.

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a taxa de juros a longo prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal é limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9249/95, esse montante que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda.

- b) Reserva legal: É constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.
- c) Reserva de lucros: o saldo remanescente da conta de lucros acumulados após a proposição de dividendos foi alocado à reserva de lucros retidos, para fazer face ao reforço do capital de giro e ao orçamento de capital da Sociedade.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas financeiras:		
Juros sobre operações de mútuo	22.953	6.569
Rendimento de aplicações financeiras	2.386	4.847
Outras	<u>6</u>	<u>1</u>
Total	<u>25.345</u>	<u>11.417</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre operações financeiras	(39.028)	(29.226)
Variação monetária sobre o direito da outorga	(1.367)	(6.296)
IOF - impostos sobre operações financeiras	(3.317)	(1.095)
Outros	<u>(1.872)</u>	<u>(961)</u>
Total	<u>(45.584)</u>	<u>(37.578)</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

- b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros de longo prazo - TJLP e CDI sobre seus saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009 a administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento ou redução de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos líquidos das aplicações financeiras:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>	<u>Cenário V</u> <u>(- 50%)</u>
CDI	8,75%	10,94%	6,56%	13,13%	4,38%
TJLP	6%	7,5%	4,5%	9,0%	3,0%
Juros a incorrer*	15.115	18.374	11.855	21.608	8.621

* Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e, consistem, primariamente, de caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade, apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 11.038 e R\$ 9.546, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - “Sem Parar”, registrados na conta “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não revisada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 representam o valor justo, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

17. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa estatutária nas demonstrações do resultado é como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	93.114	69.283
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda calculado à alíquota vigente	(31.659)	(23.556)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre capital próprio pagos	2.973	2.247
Outros	<u>22</u>	<u>499</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(28.664)</u>	<u>(20.810)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por:		
Corrente	(25.985)	(17.876)
Diferido	<u>(2.679)</u>	<u>(2.934)</u>
Total	<u>(28.664)</u>	<u>(20.810)</u>

18. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Até a data da preparação dessas demonstrações financeiras, 26 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPC's e ICPS's que poderão ser aplicáveis para a Sociedade, considerando-se suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subseqüente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 ao 40

<u>ICPC</u>	<u>Título</u>
01	Contratos de Concessão
03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43

Os principais ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis estão principalmente relacionados ao ICPC 01 - Contratos de concessão. Esta interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta Interpretação não trata da contabilização pelos concedentes. Ela se aplica a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (a) o concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infra-estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (b) o concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infra-estrutura, ao final do prazo da concessão. Ela se aplica, também: (a) à infra-estrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o acordo de prestação de serviços; e (b) à infra-estrutura já existente, que o concedente dá acesso ao concessionário para efeitos do acordo de prestação de serviços público.

Um ponto que requer especial atenção é uma alteração introduzida por essa interpretação relativa à remuneração do concedente ao concessionário nos casos em que há alguma contrapartida. Por exemplo, se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada como um ativo intangível. Portanto, neste caso, o concessionário reconhece, pelos serviços de construção ou melhoria, um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, e/ou um ativo intangível, à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos. Em ambos os casos, a contrapartida do ativo é uma receita do período. Esse procedimento altera o atualmente praticado de reconhecer os custos com a prestação de serviços de construção e/ou melhoria como custo do ativo imobilizado, sem reconhecimento de receita por estes serviços públicos.

A Administração da Sociedade está analisando os efeitos que os novos pronunciamentos poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade avaliará a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação.
